

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	18
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	19
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	661.150
Preferenciais	0
Total	661.150
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.139.649	1.989.703	0
1.01	Ativo Circulante	13.163	12.777	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.052	11.679	0
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.052	11.679	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	396	813	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	396	813	0
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	396	813	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	212	103	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	212	103	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	43	0	0
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	43	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.460	182	0
1.01.08.03	Outros	4.460	182	0
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	26	0	0
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	4.434	182	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.126.486	1.976.926	0
1.02.02	Investimentos	2.126.486	1.976.926	0
1.02.02.01	Participações Societárias	2.126.486	1.976.926	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.126.486	1.976.926	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.139.649	1.989.703	0
2.01	Passivo Circulante	16.854	13.034	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	10	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	10	0
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	10	0
2.01.02	Fornecedores	4	365	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4	365	0
2.01.02.01.01	Fornecedores	4	365	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	10	37	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10	37	0
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	10	37	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	16.836	12.622	0
2.01.04.02	Debêntures	16.836	12.622	0
2.01.04.02.01	Debêntures	16.836	12.622	0
2.01.05	Outras Obrigações	4	0	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.508.554	1.377.448	1
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.508.554	1.377.448	0
2.02.01.02	Debêntures	1.508.554	1.377.448	0
2.02.01.02.01	Debêntures	1.508.554	1.377.448	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	0	1
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	1
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	0	1
2.03	Patrimônio Líquido	614.241	599.221	-1
2.03.01	Capital Social Realizado	661.150	612.883	3
2.03.01.01	Subscrito	661.150	612.883	3
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-46.909	-13.662	-4

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17.565	-132	-347
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-982	-901	-347
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-124	0	0
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-124	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.671	769	0
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	18.671	769	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.565	-132	-347
3.06	Resultado Financeiro	-50.812	-13.526	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1.283	591	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.095	-14.117	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-33.247	-13.658	-347
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-33.247	-13.658	-347
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-33.247	-13.658	-347
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,05335	-0,06177	-0,11578
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0	-0,11578

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-33.247	-13.658	-347
4.03	Resultado Abrangente do Período	-33.247	-13.658	-347

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.291	-43	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-719	-351	0
6.01.01.01	Prejuízo líquido do exercício	-33.247	-13.658	0
6.01.01.05	Capitalização de juros	-135.447	-53.790	0
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e passivo de arrendamento	186.522	67.866	0
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-18.671	-769	0
6.01.01.17	Amortização de ágio	124	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-572	308	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-109	-103	0
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-43	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	-361	365	0
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-10	10	0
6.01.02.08	Partes relacionadas	-22	-1	0
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-27	37	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	599	-1.923.361	0
6.02.03	Aplicações financeiras	417	-813	0
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	182	0	0
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	0	-1.922.548	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.935	1.935.083	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e passivo de arrendamento	0	-1.400.000	0
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento	-50.404	-21.123	0
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	-798	2.743.327	0
6.03.07	Aporte de Capital	48.267	612.879	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.627	11.679	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.679	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.052	11.679	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	612.883	0	0	-13.662	0	599.221
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	612.883	0	0	-13.662	0	599.221
5.04	Transações de Capital com os Sócios	48.267	0	0	0	0	48.267
5.04.01	Aumentos de Capital	48.267	0	0	0	0	48.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.247	0	-33.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-33.247	0	-33.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	661.150	0	0	-46.909	0	614.241

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	612.880	0	0	0	0	612.880
5.04.01	Aumentos de Capital	612.880	0	0	0	0	612.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.658	0	-13.658
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.658	0	-13.658
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	612.883	0	0	-13.662	0	599.221

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3	0	0	-4	0	-1

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-947	-843	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-947	-843	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-947	-843	0
7.04	Retenções	-124	0	0
7.04.02	Outras	-124	0	0
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-124	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.071	-843	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.954	1.360	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.671	769	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.283	591	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.883	517	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.883	517	0
7.08.01	Pessoal	35	58	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	35	58	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.095	14.117	0
7.08.03.01	Juros	-35.786	-14.668	0
7.08.03.03	Outras	87.881	28.785	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-33.247	-13.658	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-33.247	-13.658	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	4.031.200	3.092.672	0
1.01	Ativo Circulante	264.246	439.738	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	165.404	403.630	0
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	165.404	403.630	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	31.473	28.383	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	31.473	28.383	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	23.310	0	0
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	8.163	28.383	0
1.01.03	Contas a Receber	29.859	0	0
1.01.03.01	Clientes	29.859	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.459	2.686	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.459	2.686	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.836	1.361	0
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.836	1.361	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.215	3.678	0
1.01.08.03	Outros	23.215	3.678	0
1.01.08.03.01	Outros créditos	23.014	3.605	0
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	201	73	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.766.954	2.652.934	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.147.674	1.072.617	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.147.674	1.072.617	0
1.02.01.10.04	Outros créditos	592	0	0
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	23.394	0	0
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva	1.123.688	1.072.617	0
1.02.03	Imobilizado	75.018	2.086	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	75.018	2.086	0
1.02.04	Intangível	2.544.262	1.578.231	0
1.02.04.01	Intangíveis	2.544.262	1.578.231	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	4.031.200	3.092.672	0
2.01	Passivo Circulante	139.484	31.591	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.949	1.565	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.949	1.565	0
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.949	1.565	0
2.01.02	Fornecedores	20.901	8.981	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.901	8.981	0
2.01.02.01.01	Fornecedores	20.901	8.981	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.929	963	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.929	963	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.982	0	0
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.947	963	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	47.344	12.622	0
2.01.04.02	Debêntures	37.675	12.622	0
2.01.04.02.01	Debêntures	37.675	12.622	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	9.669	0	0
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	9.669	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	54.747	6.584	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.042	5.670	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	41.042	5.670	0
2.01.05.02	Outros	13.705	914	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	8.765	914	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.940	0	0
2.01.06	Provisões	614	876	0
2.01.06.02	Outras Provisões	614	876	0
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	614	876	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.277.475	2.461.860	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.128.648	1.377.448	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.02	Debêntures	2.096.716	1.377.448	0
2.02.01.02.01	Debêntures	2.096.716	1.377.448	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	31.932	0	0
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento	31.932	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.130.100	1.073.298	0
2.02.02.02	Outros	1.130.100	1.073.298	0
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	1.115.917	1.072.617	0
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	14.183	681	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.689	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.689	0	0
2.02.04	Provisões	16.038	11.114	0
2.02.04.02	Outras Provisões	16.038	11.114	0
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	16.038	11.114	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	614.241	599.221	0
2.03.01	Capital Social Realizado	661.150	612.883	0
2.03.01.01	Subscrito	661.150	612.883	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-46.909	-13.662	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	880.689	19.493	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-855.555	-24.867	0
3.03	Resultado Bruto	25.134	-5.374	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.719	-7.172	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.719	-7.172	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.415	-12.546	0
3.06	Resultado Financeiro	-25.745	-701	0
3.06.01	Receitas Financeiras	48.380	14.077	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.125	-14.778	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.330	-13.247	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.917	-411	0
3.08.01	Corrente	-7.228	-411	0
3.08.02	Diferido	-2.689	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-33.247	-13.658	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-33.247	-13.658	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,05335	-0,06177	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-33.247	-13.658	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-33.247	-13.658	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	81.478	11.582	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	81.485	3.481	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	-33.247	-13.658	0
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	22.421	116	0
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	1.023	0	0
6.01.01.05	Capitalização de juros	-143.332	-53.790	0
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e passivo de arrendamento	213.498	67.866	0
6.01.01.08	Atualização da provisão para construção	619	0	0
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	11.190	2.536	0
6.01.01.12	Tributos diferidos	2.689	0	0
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.228	411	0
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-604	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7	8.101	0
6.01.02.01	Clientes	-29.859	0	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-9.773	-2.686	0
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.067	-1.361	0
6.01.02.05	Outros créditos	-19.409	-3.605	0
6.01.02.06	Fornecedores	11.920	8.981	0
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	1.384	1.565	0
6.01.02.08	Partes relacionadas	35.244	5.596	0
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.984	963	0
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção	-517	0	0
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-11.110	-1.622	0
6.01.02.13	Outras contas a pagar	18.442	681	0
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-246	-411	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-892.627	-1.543.035	0
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-81.265	-2.199	0
6.02.02	Aquisição de intangível	-785.482	-439.837	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.03	Aplicações financeiras	20.220	-28.383	0
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	-46.100	0	0
6.02.12	Outros Créditos - Conta reserva - ANTT - Ecovias do Araguaia	0	-1.072.617	0
6.02.13	Caixa controlada Ecovias do Araguaia recebido por aporte de capital	0	1	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	572.923	1.935.083	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e passivo de arrendamento	-6.167	-1.400.000	0
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento	-51.282	-21.123	0
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	582.105	2.743.327	0
6.03.07	Aporte de Capital	48.267	612.879	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-238.226	403.630	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	403.630	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	165.404	403.630	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	612.883	0	0	-13.662	0	599.221	0	599.221
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	612.883	0	0	-13.662	0	599.221	0	599.221
5.04	Transações de Capital com os Sócios	48.267	0	0	0	0	48.267	0	48.267
5.04.01	Aumentos de Capital	48.267	0	0	0	0	48.267	0	48.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.247	0	-33.247	0	-33.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-33.247	0	-33.247	0	-33.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	661.150	0	0	-46.909	0	614.241	0	614.241

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	612.880	0	0	0	0	612.880	0	612.880
5.04.01	Aumentos de Capital	612.880	0	0	0	0	612.880	0	612.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.658	0	-13.658	0	-13.658
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.658	0	-13.658	0	-13.658
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	612.883	0	0	-13.662	0	599.221	0	599.221

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	890.376	19.493	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	116.719	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	773.657	19.493	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-837.080	-29.084	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-820.502	-24.079	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.571	-5.005	0
7.02.04	Outros	-7	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.296	-9.591	0
7.04	Retenções	-22.421	-116	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.421	-116	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.875	-9.707	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.380	14.077	0
7.06.02	Receitas Financeiras	48.380	14.077	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	79.255	4.370	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	79.255	4.370	0
7.08.01	Pessoal	16.398	2.595	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.671	2.266	0
7.08.01.02	Benefícios	2.037	216	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	690	113	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.597	411	0
7.08.02.01	Federais	14.178	411	0
7.08.02.03	Municipais	5.419	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.507	15.022	0
7.08.03.01	Juros	-21.516	-14.668	0
7.08.03.02	Aluguéis	2.382	244	0
7.08.03.03	Outras	95.641	29.446	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-33.247	-13.658	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-33.247	-13.658	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022**Senhores Acionistas**

A administração da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2021.

A Companhia

A Holding do Araguaia S.A., foi constituída em 20 de agosto de 2013, tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 – Jundiá, no município de Anápolis – GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c das Demonstrações Financeiras da Companhia.

A controlada possuía algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluía diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego consolidado em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.282 mil em 2022, sendo 2.293 mil veículos leves e 8.989 mil veículos pesados. A controlada Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante foi de R\$10,35 em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$890,4 milhões em 2022. As deduções sobre a receita bruta consolidada somaram R\$9,7 milhões.

Receita de Pedágio: R\$116,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio da controlada Ecovias do Araguaia nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022;

Receita de Construção: R\$773,7 milhões em 2022, devido ao cronograma de obras no período da controlada Ecovias do Araguaia.

Para maiores informações sobre a receita, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$878,3 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$82,2 milhões.

Pessoal: R\$16,4 milhões em 2022, aumento de R\$13,9 milhões, devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais;

Conservação e manutenção: R\$2,8 milhões em 2022, devido, principalmente, às despesas com limpeza manual e material de sinalização;

Serviços de terceiros: R\$40,4 milhões em 2022, aumento de R\$34,8 milhões devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., serviços de ambulâncias, resgates e vigilância;

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$15,5 milhões em 2022, aumento de R\$12,0 milhões em função, principalmente, da taxa de fiscalização e locação de veículos leves;

Outros: R\$7,1 milhões em 2022, aumento de R\$6,4 milhões, principalmente, pelos gastos com combustíveis de veículos leves e pesados, água e luz;

Depreciação e amortização: R\$22,4 milhões em 2022, aumento R\$ 22,3 milhões, devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação na controlada Ecovias do Araguaia; e

Custo de construção: R\$773,7 milhões em 2022, aumento R\$754,2 milhões, devido ao maior volume de obras no período da controlada Ecovias do Araguaia.

Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2022, o EBITDA totalizou R\$24,8 milhões. O EBITDA Ajustado (excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção) totalizou R\$24,8 milhões e a margem EBITDA Ajustada foi de 23,2%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$25,7 milhões, aumento de R\$25,0 milhões em relação a 2021, impactado negativamente pelos juros e variação monetária sobre debêntures, compensado positivamente pelo maior volume de receitas sobre aplicações financeiras e pela capitalização dos juros sobre o endividamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira.

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$33,2 milhões.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com saldos distribuídos entre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no valor de R\$220,3 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, no valor de R\$2.134,4 milhões, sendo 98,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$41,6 milhões da controlada Ecovias do Araguaia.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$1.010,6 milhões em 2022 devido aos investimentos em recuperação de pavimento e implantação das praças de pedágios na controladora Ecovias do Araguaia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*), ambos para a Companhia e sua controlada. Os honorários consolidados relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$320,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

São Paulo – SP, 15 de março de 2023.

A Administração

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, ser titular de ações e outros valores mobiliários de exclusiva emissão da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. A Sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjuntos 31/32, Vila Olímpia, no município de São Paulo – SP. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Companhia e sua controlada.

Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada Avenida Juscelino Kubitschek, 500 – Jundiá, no município de Anápolis – GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c).

A controlada possuía algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluía diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022.

Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia.

b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia.

c) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (*ESG - Environmental, Social and Governance*)

A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas – adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**2.2. Base de consolidação**

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A empresa controlada incluída na consolidação está descrita abaixo, sendo ela domiciliada no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

A seguir está apresentada a participação na controlada:

<u>Controlada direta:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Objetivos principais</u>
<u>Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.</u>	100%	100%	Exploração da Concessão da Rodovia BR-153/414/o80/TO/GO.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada direta mencionada na Nota Explicativa nº 10, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (vide Nota Explicativa nº 22).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da controlada da Companhia é de longo prazo e está sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 12 Intangível, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos das debêntures

Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos diretos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

A controlada Ecovias do Araguaia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio.

g) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes

Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenants* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

j) Prejuízo básico e diluído por ação

Prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

k) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

l) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c).

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos de debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022,

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 6,26% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAPolítica contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	-	-	6.073	3
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimentos (a)	7.708	11.549	158.772	403.262
Aplicações automáticas (b)	344	130	559	365
	<u>8.052</u>	<u>11.679</u>	<u>165.404</u>	<u>403.630</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	396	813	8.163	28.383
	396	813	8.163	28.383

Em 31 de dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento	46.704	-
	46.704	-
Circulante	23.310	-
Não circulante	23.394	-

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal da controlada direta Ecovias do Araguaia S.A.

8. CLIENTES – CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	29.683	-
Outras contas a receber	176	-
	29.859	-

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	29.859	-
	<u>29.859</u>	<u>-</u>

9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO

a) Ativo Circulante

Os principais valores alocados na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante referem-se a: (i) R\$1.021 estoque de materiais de insumos; e (ii) R\$14.050 custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para “Empréstimos e financiamentos”, quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco da Amazônia S.A. – BASA.

b) Conta Reserva

	31/12/2022	31/12/2021
Recurso vinculado	1.123.688	1.072.617
	<u>1.123.688</u>	<u>1.072.617</u>

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica “Obrigações com Poder Concedente”, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – “ANTT”, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das “Contas Vinculadas”, de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado à título de “receita de aplicação financeira” é de R\$37.628.

Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. INVESTIMENTOS

	Controladas diretas Valores das investidas 31/12/2022		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado exercício	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	1.937.373	18.671	100%	100%	2.126.486	1.976.926	18.671	769
					2.126.486	1.976.926	18.671	769
	31/12/2021	Dividendos Propostos	Encargos Capitalizados (a)	Amortização dos Encargos Capit.	Equivalência patrimonial		31/12/2022	
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	1.976.926	(4.434)	135.447	(124)	18.671		2.126.486	
	1.976.926	(4.434)	135.447	(124)	18.671		2.126.486	
	31/12/2020	Aporte de Capital	Aumento de Capital	Dividendos propostos	Encargos Capitalizados (a)	Equivalência patrimonial		31/12/2021
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	-	1.922.548	1	(182)	53.790	769		1.976.926
	-	1.922.548	1	(182)	53.790	769		1.976.926

- a) Para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam de fato as demonstrações de uma entidade econômica única, de acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, os encargos financeiros da 1ª emissão das Notas Promissórias emitidas pela Controladora em agosto de 2021, e da 1ª emissão de Debêntures também emitidas pela Controladora em outubro de 2021, com o objetivo específico da construção da Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga da Controlada no âmbito do Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, são apresentados como capitalizados, da mesma maneira que são tratados os encargos financeiros do projeto obtidos na própria controlada. Para que o patrimônio líquido dos balanços patrimoniais da Companhia, consolidado e individual, seja igual, os ajustes das demonstrações consolidadas foram transpostos para as demonstrações individuais da Companhia na rubrica de investimentos. A amortização dos encargos financeiros capitalizados segue todos os critérios de depreciação do ativo intangível da controlada, após o início das operações nas praças de pedágio, iniciado em outubro de 2022. A seguir a Companhia apresenta a conciliação do investimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido da Controlada	1.937.373	1.923.136
Juros Capitalizados (*)	189.237	53.790
Amortização Juros Capitalizados	(124)	-
	2.126.486	1.976.926

(*) Para efeitos de consolidação, os valores de Juros Capitalizados são reclassificados para a rubrica “Intangível”.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**11. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO**Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3	7,8	-
Custo				
Saldo em 31/12/2021	2.140	-	59	2.199
Adições	70.433	4.274	6.558	81.265
Baixas	(112)	-	(605)	(717)
Transferências	-	1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.356	6.214	84.031
Depreciação				
Saldo em 31/12/2021	(111)	-	(2)	(113)
Adições	(8.500)	(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Residual				
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021	2.029	-	57	2.086

	Hardwares	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	10,4	6,8	-
Custo			
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	2.140	59	2.199
Saldo em 31/12/2021	2.140	59	2.199
Depreciação			
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	(111)	(2)	(113)
Saldo em 31/12/2021	(111)	(2)	(113)
Residual			
Saldo em 31/12/2021	2.029	57	2.086
Saldo em 31/12/2020	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**12. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO**Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os juros capitalizados que tem o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

	Contrato de concessão (ii)	Intangível em andamento (ii)	Software de terceiros	Direito de Uso - CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(iii)	-	22,2	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	1.469.665	108.385	184	-	1.578.234
Adições	118.066	811.172	4.136	47.768	981.142
Baixa	(306)	-	-	-	(306)
Transferência	141.739	(143.023)	-	-	(1.284)
Saldos em 31/12/2022	1.729.164	776.534	4.320	47.768	2.557.786
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	-	-	(3)	-	(3)
Adições	(6.558)	-	(499)	(6.464)	(13.521)
Saldos em 31/12/2022	(6.558)	-	(502)	(6.464)	(13.524)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	1.722.606	776.534	3.818	41.304	2.544.262
Em 31/12/2021	1.469.665	108.385	181	-	1.578.231

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento (ii)	Software de terceiros	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(iii)	-	3,3	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2020	-	-	-	-
Adições	1.469.665	108.385	184	1.578.234
Saldos em 31/12/2021	1.469.665	108.385	184	1.578.234
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2020	-	-	-	-
Adições	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31/12/2021	-	-	(3)	(3)
RESIDUAL				
Em 31/12/2021	1.469.665	108.385	181	1.578.231
Em 31/12/2020	-	-	-	-

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 30 de setembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a: implantações de infraestrutura para início da operação.
- (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 0,40%a.a.
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se a: trabalhos iniciais para operação na rodovia (projeto funcional, implantação de bases operacionais, implantação de praças de pedágio, reabilitação de: pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio e início das obras de ampliação de capacidade).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$143.332 (R\$53.790 em 31 de dezembro de 2021) referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento (obtidos através do cálculo dos juros incorridos sobre as notas promissórias e debêntures da Companhia, descontadas as receitas financeiras da Companhia e da controlada).

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2021. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (13,79% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanço Patrimonial			Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
Provisão para Férias - Diretores	-	5	(5)	-	-
Realização do Ágio na incorporação	-	(8)	-	(8)	(8)
Juros capitalizado lei 11.638/07	-	(2.681)	-	(2.681)	(2.681)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	-	(2.684)	(5)	(2.689)	
Receita /(despesa) de IR e CS diferido					(2.689)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$2.689 no passivo não circulante e registrou R\$2.689 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2022	31/12/2021
2023	(537)	-
2024	(538)	-
2025	(538)	-
2026	(538)	-
2027	(538)	-
	<u>(2.689)</u>	<u>-</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.247)	(13.658)	(23.329)	(13.247)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	11.304	4.644	7.932	4.504
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	6.348	262	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	(9)	-
Gratificações Diretores/PPR	-	-	(120)	(36)
Créditos tributários não constituídos	(63.665)	(23.194)	(63.665)	(23.194)
Incentivos Fiscais	-	-	129	3
Capitalização juros s/investimentos	46.013	-	46.013	18.288
Outros	-	18.288	(197)	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.917)</u>	<u>(411)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(7.228)	(411)
Impostos diferidos	-	-	(2.689)	-
Taxa efetiva	-	-	n.m.	n.m.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social – Consolidado

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS DRE	7.228	411
Total de IR/CS pagos	<u>(246)</u>	<u>(411)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>6.982</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	41.601	-

Circulante	9.669	-
Não circulante	31.932	-

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-
Adições	47.768	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	878	-
Pagamento principal	(6.167)	-
Pagamento de juros	(878)	-
Saldo no fim do exercício	41.601	-

15. DEBÊNTURES

Companhia	Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Holding do Araguaia	1ª Emissão	10/2036	IPCA + 6,6647%	1.525.390	1.390.070	1.525.391	1.390.070
Ecovias do Araguaia	1ª Emissão	07/2051	IPCA + 6,66%	-	-	609.000	-
				1.525.390	1.390.070	2.134.391	1.390.070
Circulante				16.836	12.622	37.675	12.622
Não circulante				1.508.554	1.377.448	2.096.716	1.377.448

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Controladora						
31/12/2022			31/12/2021			
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	
2023	-	-	-	(3.561)	(3.561)	
2024	77.791	(3.622)	74.169	36.605	(3.571)	33.034
2025	77.791	(3.632)	74.159	1.979	(3.581)	(1.602)
2026	77.790	(3.642)	74.148	2.204	(3.590)	(1.386)
2027	77.791	(3.653)	74.138	2.473	(3.600)	(1.127)
Posteriores a 2027	1.244.651	(32.711)	1.211.940	1.384.325	(32.235)	1.352.090
	1.555.814	(47.260)	1.508.554	1.427.586	(50.138)	1.377.448

Notas Explicativas
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023	-	-	-	-	(3.561)	(3.561)
2024	77.791	(4.060)	73.731	36.605	(3.571)	33.034
2025	77.791	(4.070)	73.721	1.979	(3.581)	(1.602)
2026	81.911	(4.079)	77.832	2.204	(3.590)	(1.386)
2027	86.501	(4.085)	82.416	2.473	(3.600)	(1.127)
Posteriores a 2027	1.828.220	(39.204)	1.789.016	1.384.325	(32.235)	1.352.090
	2.152.214	(55.498)	2.096.716	1.427.586	(50.138)	1.377.448

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.390.070	-	1.390.070	-
Adição (*)/(Custo antecipado)	(798)	1.345.153	582.105	1.345.153
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	186.522	44.917	212.620	44.917
Pagamento principal	(50.404)	-	(50.404)	-
Saldo no fim do exercício	1.525.390	1.390.070	2.134.391	1.390.070

(*) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se a:

1ª Emissão de Debêntures – Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquirirem os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional “CMN” nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto (“Contrato de Concessão”), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”), que serão medidos ao longo do contrato: (i) Companhia: Dívida líquida/EBITDA Ajustado da fiadora Ecorodovias Concessões e

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Serviços S.A. apurado a partir de 31 de dezembro de 2022; (ii) controlada: (ii.a) EBITDA Ajustado, será apurado a partir de 2026; (ii.b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, será apurado a partir de 2034; e (ii.c) Dívida líquida/EBITDA Ajustado da fiadora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., será apurado a partir de 31 de dezembro de 2022.

Companhia	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Holding do Araguaia	Única	Dívida líquida/Ebitda ajustado	$\leq 5,50 \times$	3,77
Ecovias do Araguaia	Única	Dívida líquida/Ebitda ajustado	$\leq 5,50 \times$	3,77

A Companhia e sua controlada estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de “*cross default*” que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e de outras controladas relevantes da ECS. Em 31 de dezembro de 2022, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Companhia	Série	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	TIR
Holding do Araguaia	Única	1.400.000	(53.769)	1.346.231	13,09%
Ecovias do Araguaia	Única	600.000	(8.525)	584.625	12,47%
		2.000.000	(62.294)	1.930.856	

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

Notas Explicativas
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora	Natureza	Ativo	Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	4	4
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. (b)	Controlada	26	-	26
Total em 31 de dezembro de 2022		26	4	30
Total em 31 de dezembro de 2021		26	3	27

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Custo	Despesas	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a)	Controladora	-	8.193	2.238	5.255	10.240	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(b)	Controladora	-	-	24	-	-	
Itinera Construções Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	216.656	-	-	-	
ICCR 153 S.A (d)	Outras partes relacionadas	-	-	38.780	-	-	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(e)	Controladora	201	-	-	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2022		201	224.849	41.042	5.255	10.240	
Total em 31 de dezembro de 2021		73	1.898	5.670	-	-	

- a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para a Companhia e sua controlada. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$23.688, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$2.238 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- b) O saldo refere-se a reembolso de despesa.
- c) A Itinera Construções Ltda., prestou serviço de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes era de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos foi em 15 de janeiro de 2057. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo em aberto a pagar. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para a ICCR 153 S.A.
- d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- e) A ICCR 153 S.A, cessionária do contrato à Itinera Construções S.A., prestará serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO . O preço global firmado é de R\$3.786.883 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$368 e para sua controlada de R\$2.163 (R\$58 e R\$668, respectivamente, para o exercício de 2021).

A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável)	-	-	1.528	444
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	-	-	-	(7)
Seguro de vida	-	-	4	2
Assistência saúde	-	-	92	52
Previdência privada	-	-	41	23
FGTS	-	-	74	35
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	-	-	267	119
Diretores Estatutários	-	-	2.006	668
Conselho de Administração	345	58	345	58
Remuneração Global	345	58	2.351	726

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO – CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de xx% ao ano, que corresponde Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	-	-	-	619	619
Atualização Monetária	-	4.560	-	-	4.560
	<u>11.990</u>	<u>4.560</u>	<u>(517)</u>	<u>619</u>	<u>16.652</u>
Circulante	876				614
Não circulante	11.114				16.038

	31/12/2020	Adição (Intangível)	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras	-	13.394	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	-	(1.404)	(1.404)
	<u>-</u>	<u>11.990</u>	<u>11.990</u>
Circulante	-		876
Não circulante	-		11.114

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização - Araguaia (a)	994	914
Outras - Araguaia (b)	1.123.688	1.072.617
	<u>1.124.682</u>	<u>1.073.531</u>
Circulante	8.765	914
Não circulante	1.115.917	1.072.617

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.073.531	-
Adição Principal	-	1.430.120
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	11.190	2.536
Rendimento de aplicação conta ajuste	37.628	-
Retenção sobre a tarifa - ANTT	13.443	-
Pagamento do principal	(11.110)	(359.125)
Saldo no fim do exercício	1.124.682	1.073.531

a) Taxa de fiscalização

Taxa de fiscalização da controlada Ecovias do Araguaia: O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$9.732 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$994 (R\$914 em 31 de dezembro de 2021).

b) Conta reserva

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – “ANTT”, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das “Contas Vinculadas”, de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras.

Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas as retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.

c) Informações sobre o Contrato de Concessão da controlada direta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Valor da outorga: R\$1.430.120 sendo (i) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados).

Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita.

Índice de reajuste: IPC-A.

Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano.

Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Concessionária.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à controlada direta, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$773.657, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

A controlada direta tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

A controlada estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura	3.644.806	3.684.154
Conservação especial (manutenção)	3.525.280	3.751.421
Equipamentos	585.711	676.351
Total	7.755.797	8.111.926

A controlada direta tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	13/08/2022	31/12/2023	Fator	442.365
				442.365

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$661.150 e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$612.883, representados por 661.150.152 e 612.883.152 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 48.267, mediante a emissão de 48.267.000(quarenta e oito milhões, duzentas e sessenta e sete mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data, à vista e em moeda corrente nacional.

A composição do capital social da Companhia é da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	429.748	65,00%	398.374	65,00%
GLP x Participações S.A.	231.402	35,00%	214.509	35,00%
Total ações ordinárias	661.150	100,00%	612.883	100,00%

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude de prejuízos acumulados.

20. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADOPolítica contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	24.461	-
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	68.795	-
Vale-pedágio	21.351	-
Outras	2.112	-
	<u>116.719</u>	<u>-</u>
Receita de construção (b)	773.657	19.493
Receita bruta	<u>890.376</u>	<u>19.493</u>
Receita bruta	890.376	19.493
Deduções de receita bruta	(9.687)	-
Receita líquida	<u>880.689</u>	<u>19.493</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	116.719	-
	<u>116.719</u>	<u>-</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(3.502)	-
PIS (0,65%)	(759)	-
ISS (2% a 5%)	(5.419)	-
Abatimentos	(7)	-
	<u>(9.687)</u>	<u>-</u>

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	35	58	16.398	2.595
Conservação e manutenção e outros	-	-	2.802	17
Serviços de terceiros (i)	917	729	40.410	5.527
Seguros	-	-	1.924	697
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	11.190	2.536
Custo de construção de obras	-	-	773.657	19.493
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 11 e nº 12)	-	-	22.421	116
Locação de imóveis e máquinas	-	-	2.382	244
Outros custos e despesas operacionais	30	114	7.090	814
	<u>982</u>	<u>901</u>	<u>878.274</u>	<u>32.039</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	855.555	24.867
Despesas gerais e administrativas	982	901	22.719	7.172
	<u>982</u>	<u>901</u>	<u>878.274</u>	<u>32.039</u>

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.276	590	48.095	14.076
Outras receitas financeiras	7	1	285	1
	<u>1.283</u>	<u>591</u>	<u>48.380</u>	<u>14.077</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(99.662)	(16.173)	(120.938)	(16.173)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(22.949)	-	(22.949)
Variação monetária sobre debêntures	(83.245)	(27.586)	(86.495)	(27.586)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.615)	(1.158)	(5.187)	(1.158)
Ajuste a valor presente sobre provisão de construção	-	-	(619)	-
Juros Capitalizados	135.448	53.790	143.332	53.790
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(1.019)	(27)	(392)	(655)
Juros arrendamentos a pagar – CPC06 (R2)	-	-	(878)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(14)	(2.948)	(47)
	<u>(52.095)</u>	<u>(14.117)</u>	<u>(74.125)</u>	<u>(14.778)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(50.812)</u>	<u>(13.526)</u>	<u>(25.745)</u>	<u>(701)</u>

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**23. PREJUÍZO POR AÇÃO**a) Prejuízo básico

O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(33.248)	(13.658)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	623.198	221.097
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	(0,05)	(0,06)

b) Prejuízo diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	1.525.390	1.390.070	3.300.674	2.463.601
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(8.052)	(11.679)	(1.335.796)	(1.476.247)
Dívida líquida	1.517.338	1.378.391	1.964.878	987.354
Patrimônio líquido (b)	614.241	599.221	614.241	599.221
Índice de endividamento líquido	2,47	2,30	3,20	1,65

(a) A dívida é definida como passivo de arrendamento, debêntures e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 14, nº15 e nº18; e

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por operações compromissadas, certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 102,3% do CDI em 31 dezembro 2022 (103,1% do CDI em 31 dezembro 2021), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, passivos de arrendamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de sua controladora em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	6.073	6.073
Clientes (ii)	29.859	29.859
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (i)	214.198	214.198
Outros Créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (iv)	1.123.688	1.123.688
Passivos:		
Fornecedores (ii)	20.901	20.901
Debêntures (iii)	2.134.391	2.151.593
Passivo de arrendamento (iii)	41.601	41.601
Obrigações com Poder Concedente (iv)	1.123.688	1.123.688
Obrigações com Poder Concedente (iii)	994	994

Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo Contábil	Valor Justo
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (v)</i>	47	47

- Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- As debêntures, os passivos de arrendamentos e Obrigações com Poder Concedente relativo a verba de fiscalização, estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- Conforme nota explicativa nº 9, o valor refere-se a (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais.

- (v) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

Notas Explicativas
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada da Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$17.310, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e sua controlada devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures - Holding do Araguaia	IPCA + 6,6647% a.a.	126.420	196.606	201.737	3.562.271
Debêntures - Ecovias do Araguaia	IPCA + 6,66% a.a.	61.763	43.688	46.092	3.196.929
Passivo de arrendamento	Cfe contrato individual	9.669	9.669	5.536	16.727
		<u>197.852</u>	<u>249.963</u>	<u>253.365</u>	<u>6.775.927</u>

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra formaAnálise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras e das debêntures contratados pela Companhia e por sua controlada:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	17.124	21.406	25.687
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(186.307)	(189.870)	(193.458)
Juros a incorrer, líquidos		(169.183)	(168.464)	(167.771)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%
IPCA (b)	5,21%	6,52%	7,82%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA – dezembro/2022

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas
HOLDING DO ARAGUAIA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Transação que não envolvem caixa - Consolidado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada da Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2022	31/12/2021
Direito de Uso – CPC 06 (R2)	47.768	-
Outros Crédito - Conta Reserva - ANTT	51.071	1.072.617
Atualização monetária – Provisão Construção	4.560	-

A Controladora não realizou nenhuma atividade que não envolvesse caixa.

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da controlada Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da controlada da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de sua controlada.

27. EVENTO SUBSEQUENTEDecisão Supremo Tribunal Federal (STF)

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração da Companhia e de sua controlada, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia e de sua controlada.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Holding do Araguaia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding do Araguaia S.A. e da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 12)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.499.140 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem

expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Holding do Araguaia S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Holding do Araguaia S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo-SP, 15 de março de 2023.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Auchewski Xisto
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Holding do Araguaia S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Holding do Araguaia S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo-SP, 15 de março de 2023.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Auchewski Xisto
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores